



Concurso Público para provimento de cargos de  
**Analista Judiciário**  
**Área Judiciária**

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'AA', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

MODELO1

Nº do Documento

0000000000000000

00001-0001-0001

ASSINATURA DO CANDIDATO

**P R O V A**

Conhecimentos Gerais  
Conhecimentos Específicos

## INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
  - corresponde a sua opção de cargo.
  - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.  
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

## VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

## ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Você terá 3 horas para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala para devolver o Caderno de Questões e a sua Folha de Respostas.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**CONHECIMENTOS GERAIS****Língua Portuguesa**

**Atenção:** As questões de números 1 a 6 referem-se ao texto abaixo.

**Política e sociedade na obra de Sérgio Buarque de Holanda**

*Para Sérgio Buarque de Holanda a principal tarefa do historiador consistia em estudar possibilidades de mudança social. Entretanto, conceitos herdados e intelectualismos abstratos impediam a sensibilidade para com o processo do devir. Raramente o que se afigurava como predominante na historiografia brasileira apontava um caminho profícuo para o historiador preocupado em estudar mudanças. Os caminhos institucionalizados escondiam os figurantes mudos e sua fala. Tanto as fontes quanto a própria historiografia falavam a linguagem do poder, e sempre imbuídas da ideologia dos interesses estabelecidos. Desvendar ideologias implica para o historiador um cuidadoso percurso interpretativo voltado para indícios tênues e nuances sutis. Pormenores significativos apontavam caminhos imperceptíveis, o fragmentário, o não-determinante, o secundário. Destes proviriam as pistas que indicariam o caminho da interpretação da mudança, do processo do vir a ser dos figurantes mudos em processo de forjar estratégias de sobrevivência.*

*Era engajado o seu modo de escrever história. Como historiador quis elaborar formas de apreensão do mutável, do transitório e de processos ainda incipientes no vir a ser da sociedade brasileira. Enfatizava o provisório, a diversidade, a fim de documentar novos sujeitos eventualmente participantes da história.*

*Para chegar a escrever uma história verdadeiramente engajada deveria o historiador partir do estudo da urdidura dos pormenores para chegar a uma visão de conjunto de sociabilidades, experiências de vida, que por sua vez traduzissem necessidades sociais. Aderir à pluralidade se lhe afigurava como uma condição essencial para este sondar das possibilidades de emergência de novos fatores de mudança social. Tratava-se, na historiografia, de aceitar o provisório como necessário. Caberia ao historiador o desafio de discernir e de apreender, juntamente com valores ideológicos preexistentes, as possibilidades de coexistência de valores e necessidades sociais diversas que conviviam entre si no processo de formação da sociedade brasileira sem uma necessária coerência.*

(Fragmento adaptado de Maria Odila Leite da Silva Dias, **Sérgio Buarque de Holanda e o Brasil**. São Paulo, Perseu Abramo, 1998, pp.15-17)

1. Na visão de Sérgio Buarque de Holanda, o historiador deve valorizar
  - (A) os personagens que tiveram papel preponderante na história nacional, deixando de lado os figurantes a quem é dado muito espaço na historiografia brasileira tradicional.
  - (B) o fragmento e o detalhe, contrapondo-se assim à historiografia brasileira tradicional, que privilegia a totalidade e a síntese.
  - (C) o inacabado e o imperfeito, convergindo para a historiografia brasileira tradicional, que sempre recusou a estabilidade e a permanência.
  - (D) os resultados em lugar do processo, objetivando tornar mais significativas as descobertas da história tradicional feita no Brasil.
  - (E) as ideologias e o papel fundamental que desempenham em todo o processo histórico, muito mais importante que aquele exercido pelos indivíduos.
2. Ao contrapor *conceitos herdados e intelectualismos abstratos*, de um lado, e *a sensibilidade para com o processo do devir*, de outro, a autora afirma a opção de Sérgio Buarque de Holanda
  - (A) pelo pensamento metódico e consagrado em detrimento da observação sempre enganosa dos fatos.
  - (B) pela arte, capaz de despertar os sentidos mais embotados, em detrimento da filosofia, em que a razão invariavelmente predomina.
  - (C) pelo trabalho braçal, palpável e concreto, em detrimento do trabalho intelectual, desvinculado da vida e da realidade.
  - (D) pelo passado, que se pode conhecer em detalhes e de modo seguro, em detrimento do futuro, que não pode ser previsto senão especulativamente.
  - (E) pela apreensão da realidade fugidia e instável em detrimento da teoria inflexível e da especulação vazia.
3. Destes proviriam as pistas que indicariam o caminho ...

O verbo empregado no texto que exige o mesmo tipo de complemento que o grifado acima está também grifado em:

  - (A) ... a principal tarefa do historiador consistia em estudar possibilidades de mudança social.
  - (B) Os caminhos institucionalizados escondiam os figurantes mudos e sua fala.
  - (C) Enfatizava o provisório, a diversidade, a fim de documentar novos sujeitos ...
  - (D) ... sociabilidades, experiências de vida, que por sua vez traduzissem necessidades sociais.
  - (E) Era engajado o seu modo de escrever história.
4. Tanto as fontes quanto a própria historiografia falavam a linguagem do poder ...

Transpondo-se a frase acima para a voz passiva, a forma verbal resultante será:

  - (A) eram faladas.
  - (B) foi falada.
  - (C) se falaram.
  - (D) era falada.
  - (E) tinha-se falado.



5. O segmento retirado do texto cuja redação mantém-se correta com o acréscimo de uma vírgula é:
- (A) Raramente o que se afigurava como predominante na historiografia brasileira, apontava um caminho profícuo ...
- (B) Caberia ao historiador, o desafio de discernir e de apreender ...
- (C) Para chegar a escrever uma história verdadeiramente engajada, deveria o historiador ...
- (D) Aderir à pluralidade se lhe afigurava, como uma condição essencial para este sondar ...
- (E) Desvendar ideologias, implica para o historiador um cuidadoso percurso interpretativo ...

6. *Como historiador quis elaborar formas de apreensão do mutável, do transitório e de processos ainda incipientes no vir a ser da sociedade brasileira.*

A frase acima está corretamente reescrita, preservando-se em linhas gerais o sentido original, em:

- (A) Às formas de apreensão do mutável, do transitório e de processos ainda incipientes no vir a ser da sociedade brasileira voltou-se o historiador Sérgio Buarque, com o intento de elaborá-las.
- (B) Sérgio Buarque, como historiador, dedicou-se à elaborar formas de apreensão do mutável, do transitório e dos processos ainda incipientes no vir a ser da sociedade brasileira.
- (C) As formas de apreensão do mutável, do transitório e de processos ainda incipientes no vir a ser da sociedade brasileira o historiador Sérgio Buarque pretendeu dar elaboração.
- (D) Em seu trabalho como historiador, Sérgio Buarque tinha como meta chegar à certas formas de apreensão do mutável, do transitório e de processos ainda incipientes no vir a ser da sociedade brasileira.
- (E) O historiador Sérgio Buarque dedicou-se a elaboração de formas de apreensão do mutável, do transitório e de processos ainda incipientes no vir a ser da sociedade brasileira.

**Atenção:** As questões de números 7 a 10 referem-se ao texto abaixo.

*A navegação fazia-se, comumente, das oito horas da manhã às cinco da tarde, quando as canoas embicavam pelos barrancos e eram presas a troncos de árvores, com o auxílio de cordas ou cipós. Os densos nevoeiros, que se acumulam sobre os rios durante a tarde e pela manhã, às vezes até o meio-dia, impediam que se prolongasse o horário das viagens.*

*Antes do pôr-do-sol, costumavam os homens arranchar-se e cuidar da ceia, que constava principalmente de feijão com toucinho, além da indefectível farinha, e algum pescado ou caça apanhados pelo caminho. Quando a bordo, e por não poderem acender fogo, os viajantes tinham de contentar-se, geralmente, com feijão frio, feito de véspera.*

*De qualquer modo, era esse alimento tido em grande conta nas expedições, passando por extremamente substancial e saudável. Um dos motivos para tal preferência vinha, sem dúvida, da grande abundância de feijão nos povoados, durante as ocasiões em que costumavam sair as frotas destinadas ao Cuiabá e a Mato Grosso.*

(Adaptado de Sérgio Buarque de Holanda. **Monções**. 3.ed. São Paulo, Brasiliense, 2000, pp.105-6)

7. O segmento cujo sentido está corretamente expresso em outras palavras é:

- (A) *além da indefectível farinha* = sem contar a eventual moagem.
- (B) *feito de véspera* = ritualmente preparado.
- (C) *tido em grande conta nas expedições* = muito caro para as viagens.
- (D) *arranchar-se e cuidar da ceia* = abancar-se e servir o jantar.
- (E) *impediam que se prolongasse* = obstavam que se estendesse.

8. *Quando a bordo, e por não poderem acender fogo, os viajantes tinham de contentar-se, geralmente, com feijão frio, feito de véspera.*

Identificam-se nos segmentos grifados na frase acima, respectivamente, noções de

- (A) modo e consequência.
- (B) causa e concessão.
- (C) temporalidade e causa.
- (D) modo e temporalidade.
- (E) consequência e oposição.

9. Leia atentamente as afirmações a seguir.

- I. O segmento grifado em *as canoas [...] eram presas a troncos de árvores, com o auxílio de cordas ou cipós* (primeiro parágrafo) pode ser substituído por **auxiliadas consoante**, sem prejuízo para a correção e a clareza.
- II. Em *Os densos nevoeiros, que se acumulam sobre os rios* (primeiro parágrafo), o segmento grifado pode ser substituído, sem prejuízo para a correção e o sentido, por **acumulados**.
- III. A expressão *De qualquer modo*, no último parágrafo, é equivalente a **Em todo caso**.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

10. O verbo corretamente empregado e flexionado está grifado em:

- (A) É de se imaginar que, se os viajantes setecentistas antevessem as dificuldades que iriam deparar, muitos deles desistiriam da aventura antes mesmo de embarcar.
- (B) O que quer que os compelisse, cabe admirar a coragem desses homens que partiam para o desconhecido sem saber o que os aguardava a cada volta do rio.
- (C) Caso não se surtisse com os mantimentos necessários para o longo percurso, o viajante corria o risco de literalmente morrer de fome antes de chegar ao destino.
- (D) Se não maldiziam os santos, é bastante provável que muitos dos viajantes maldizessem ao menos o destino diante das terríveis tribulações que deviam enfrentar.
- (E) Na história da humanidade, desbravadores foram não raro aqueles que sobreporam o desejo de enriquecer à relativa segurança de uma vida sedentária.



**Atenção:** As questões de números 11 a 20 referem-se ao texto seguinte.

### **Do homicídio\***

*Cabe a vós, senhores, examinar em que caso é justo privar da vida o vosso semelhante, vida que lhe foi dada por Deus.*

*Há quem diga que a guerra sempre tornou esses homicídios não só legítimos como também gloriosos. Todavia, como explicar que a guerra sempre tenha sido vista com horror pelos brâmanes, tanto quanto o porco era execrado pelos árabes e pelos egípcios? Os primitivos aos quais foi dado o nome ridículo de **quakers**\*\* fugiram da guerra e a detestaram por mais de um século, até o dia em que foram forçados por seus irmãos cristãos de Londres a renunciar a essa prerrogativa, que os distinguia de quase todo o restante do mundo. Portanto, apesar de tudo, é possível abster-se de matar homens.*

*Mas há cidadãos que vos bradam: um malvado furou-me um olho; um bárbaro matou meu irmão; queremos vingança; quero um olho do agressor que me cegou; quero todo o sangue do assassino que apunhalou meu irmão; queremos que seja cumprida a antiga e universal lei de talião.*

*Não podereis acaso responder-lhes: “Quando aquele que vos cegou tiver um olho a menos, vós tereis um olho a mais? Quando eu mandar supliciar aquele que matou vosso irmão, esse irmão será ressuscitado? Esperai alguns dias; então vossa justa dor terá perdido intensidade; não vos aborrecerá ver com o olho que vos resta a vultosa soma de dinheiro que obrigarei o mutilador a vos dar; com ela vivereis vida agradável, e além disso ele será vosso escravo durante alguns anos, desde que lhe seja permitido conservar seus dois olhos para melhor vos servir durante esse tempo. Quanto ao assassino do seu irmão, será vosso escravo enquanto viver. Eu o tornarei útil para sempre a vós, ao público e a si mesmo”.*

*É assim que se faz na Rússia há quarenta anos. Os criminosos que ultrajaram a pátria são forçados a servir à pátria para sempre; seu suplício é uma lição contínua, e foi a partir de então que aquela vasta região do mundo deixou de ser bárbara.*

(Voltaire – **O preço da justiça**. São Paulo: Martins Fontes, 2001, pp. 15/16. Trad. de Ivone Castilho Benedetti)

\* Excerto de texto escrito em 1777, pelo filósofo iluminista francês Voltaire (1694-1778).

\*\* *Quaker* = associação religiosa inglesa do séc. XVI, defensora do pacifismo.

11. No segundo parágrafo, em sua argumentação contra a pena de morte, Voltaire refuta a tese segundo a qual

- (A) a pena de morte sempre existiu entre os povos, sancionada pelos legisladores mais prestigiados.
- (B) as guerras demonstram que a execução do inimigo é uma prática não apenas legítima como também universal.
- (C) os *quakers* constituem um exemplo de que, surgindo a oportunidade, os medrosos tornam-se valentes.
- (D) os homicídios só podem ser evitados quando os responsáveis por eles renunciam a suas prerrogativas.
- (E) a execução de criminosos, justificável durante uma guerra, torna-se inaceitável em tempos de paz.

12. Atente para as seguintes afirmações:

- I. O caso dos *quakers* é lembrado para exemplificar a mesma convicção sustentada por outra coletividade, a dos brâmanes.
- II. A pena de talião é refutada por Voltaire porque ele, a par de considerá-la eficaz, julga-a ilegítima e excessivamente cruel.
- III. O caso da Rússia serve a Voltaire para demonstrar que uma pena exemplar, cumprida em vida, é também índice de civilização.

Em relação ao texto, está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I.
- (B) II.
- (C) III.
- (D) I e III.
- (E) II e III.

13. Em relação ao quarto parágrafo, é correto afirmar que Voltaire se vale do seguinte procedimento:

- (A) formula perguntas retóricas, supondo sempre que se deva responder a elas de modo afirmativo.
- (B) imagina os argumentos a que seus leitores poderiam recorrer contra os defensores da pena de talião.
- (C) enumera as razões pelas quais são imorais as vantagens advinentes da aplicação da pena de talião.
- (D) simula mostrar complacência diante do criminoso, para com isso fustigar os defensores da pena de morte.
- (E) tipifica os delitos para os quais se providenciarão a tortura pública e uma reparação pecuniária.

14. Considerando-se o contexto, mostra-se adequada compreensão do sentido de um segmento em:

- (A) *foram forçados a renunciar a essa prerrogativa* (2º parágrafo) = os *quakers* foram obrigados a desistir de qualquer intento bélico.
- (B) *é possível abster-se de matar homens* (2º parágrafo) = não é verdade que o instinto assassino deixe de prevalecer, em alguns casos.
- (C) *que seja cumprida a antiga e universal lei de talião* (3º parágrafo) = cumpra-se: olho por olho, dente por dente.
- (D) *Não podereis acaso responder-lhes* (4º parágrafo) = sereis impedidos de lhes responder ao acaso.
- (E) *seu suplício é uma lição contínua* (5º parágrafo) = é um martírio que se infligem perpetuamente.

15. É correto concluir da argumentação de Voltaire, tomando-se o conjunto do texto:

- (A) Além de ineficaz, a pena de morte impede uma reparação a quem de direito e impossibilita a aplicação de uma pena socialmente exemplar.
- (B) A pena de morte e a pena de talião são bárbaras, ao contrariarem os desígnios divinos e os impulsos da natureza humana.
- (C) É desprezível a ideia da compensação pecuniária por direitos ofendidos, sendo justo promover a indenização apenas pelo caráter pedagógico da medida.
- (D) Não há lição possível a se tirar da pena de talião, por isso os legisladores devem preocupar-se com a reparação financeira que redima o criminoso.
- (E) Os bárbaros adotam a pena de talião, que favorece os criminosos, ao invés de adotarem penas exemplares, que punem a sociedade.



16. As normas de concordância verbal estão plenamente respeitadas na frase:
- (A) Havendo quem vos pretendam convencer de que a pena de morte é necessária, perguntem onde e quando ela já se provou indiscutivelmente eficaz.
- (B) Entre os cidadãos de todos os países nunca deixará de haver, por força do nosso instinto de violência, os que propugnam pela pena de morte.
- (C) Destaca-se, entre as qualidades de Voltaire, suas tiradas irônicas e seu humor ferino, armas de que se valia em suas pregações de homem liberal.
- (D) Embora remontem aos hábitos das sociedades mais violentas do passado, a pena de talião ainda goza de prestígio entre cidadãos que se dizem civilizados.
- (E) Opõe-se às ideias libertárias de Voltaire, um lúcido pensador iluminista, a violência das penas irracionais que se aplicam em nome da justiça.
- 
17. Está adequado o emprego de **ambos** os elementos sublinhados na frase:
- (A) Os argumentos de que devemos nos agarrar devem se pautar nos limites da racionalidade e da justiça.
- (B) Os casos históricos em que Voltaire recorre em seu texto ajudam-no a demonstrar de que a pena de morte é ineficaz.
- (C) A pena de talião é um recurso de cuja eficácia muitos defendem, ninguém se abale em tentar demonstrá-la.
- (D) Os castigos a que se submetem os criminosos devem corresponder à gravidade de que se reveste o crime.
- (E) As ideias liberais, de cuja propagação Voltaire se lançou, estimulam legisladores em quem não falte o senso de justiça.
- 
18. Deve-se **CORRIGIR**, por deficiência estrutural, a **redação** deste livre comentário sobre o texto:
- (A) O tratamento de **vós**, que hoje nos soa tão cerimonioso, ecoa uma época em que se aliavam boa argumentação e boa retórica.
- (B) Voltaire não hesita em lembrar as vantagens reais da aplicação de penas que poupam a vida do criminoso para que pague pelo que fez.
- (C) Como sempre há quem defenda os castigos capitais, razão pela qual Voltaire buscou refutá-los, através de alternativas mais confiáveis.
- (D) Note-se a preocupação que tem esse iluminista francês em escalonar as penas de modo a que nelas se preserve adequada relação com o crime cometido.
- (E) Na refutação aos que defendem a pena de talião, Voltaire argumenta que o mal já causado não se sana com um ato idêntico ao do criminoso.
- 
19. Está adequada a correlação entre tempos e modos verbais na frase:
- (A) Os criminosos que tenham ultrajado a pátria seriam forçados a servi-la pelo tempo que se julgava necessário.
- (B) Os que vierem a ultrajar a pátria deveriam ser submetidos a um castigo que trouxera consigo uma clara lição.
- (C) Ninguém seria indiferente a uma vultosa soma que venha a receber como indenização ao delito que o prejudique.
- (D) O próprio criminoso, se mantivesse alguma dose de decência, possa tirar proveito da lição a que seja submetido.
- (E) Sempre houve povos que, por forte convicção, evitaram a guerra, ainda quando fossem provocados.
- 
20. Muitos se dizem a favor da pena de morte, mas mesmo os que mais ardorosamente defendem a pena de morte não são capazes de atribuir à pena de morte o efeito de reparação do ato do criminoso que supostamente mereceria a pena de morte.
- Evitam-se as viciosas repetições da frase acima substituindo-se os elementos sublinhados, respectivamente, por:
- (A) a defendem - lhe atribuir - a mereceria.
- (B) a defendem - atribui-la - lhe mereceria.
- (C) defendem-na - atribui-la - merecer-lhe-ia.
- (D) lhe defendem - lhe atribuir - mereceriam-na.
- (E) defendem-lhe - atribuir-lhe - a mereceria.
- 
- Noções de Gestão Pública**
21. O modelo de administração gerencial no Brasil
- (A) foi introduzido pelo Decreto-Lei nº 200/1967, visando profissionalizar a administração federal, reduzindo o nível de autonomia das empresas e autarquias e implantando o Orçamento de Base Zero.
- (B) foi implementado com a criação do Departamento de Administração do Serviço Público (DASP), em 1936, tendo por meta flexibilizar as funções gerenciais nas autarquias federais.
- (C) teve seu auge na segunda metade dos anos 1990, visando ao processo de fortalecimento da responsabilização e autonomia dos níveis gerenciais e tentando implantar a gestão por resultados na administração federal.
- (D) foi um movimento político iniciado no fim dos anos 1980 orientado para a privatização das políticas sociais e fortalecimento dos controles externos formais da administração federal.
- (E) foi introduzido no Brasil através do Programa Nacional de Desburocratização, tendo como meta extinguir a burocracia formal e implantar a burocracia gerencial, voltada exclusivamente para os processos.
- 
22. O principal instrumento para a implantação do Planejamento Estratégico no âmbito do Poder Judiciário, ao qual se refere a Resolução 70 do Conselho Nacional da Justiça, é a
- (A) definição da visão do Poder Judiciário segundo o Plano Estratégico Estadual.
- (B) agilização dos trâmites judiciais e administrativos.
- (C) definição de pelo menos um indicador de resultado para cada objetivo estratégico.
- (D) definição de metas de longo prazo associadas à missão do Poder Judiciário, segundo o Plano Estratégico Nacional.
- (E) motivação dos magistrados a implantar os objetivos centrais do Poder Judiciário, segundo a definição do Poder Executivo.



23. O Decreto-Lei nº 200/1967 estabelece como principal medida
- (A) o aumento da formalização na tramitação dos processos governamentais, visando a maior impessoalidade na administração pública federal.
  - (B) a indicação de profissionais do mercado para melhorar o padrão gerencial da administração pública estadual.
  - (C) a redução dos níveis hierárquicos, visando transferir o poder para os escalões inferiores da administração pública federal.
  - (D) a descentralização das atividades-meio, objetivando reduzir o viés autoritário da administração pública federal.
  - (E) a desconcentração administrativa, distinguindo as atividades de direção das de execução.
24. A Lei de Diretrizes Orçamentárias tem como objetivo precípuo
- (A) definir metas gerais que devem ser incorporadas aos orçamentos dos anos seguintes.
  - (B) definir metas e prioridades da administração pública federal que devem ser incorporadas pela LOA.
  - (C) revisar a cada cinco anos as diretrizes gerais do governo que devem ser incorporadas aos Planos Plurianuais.
  - (D) limitar os gastos com pessoal e custeio da máquina de acordo com tetos estabelecidos a cada cinco anos.
  - (E) reduzir a descontinuidade do planejamento público, impondo a cooperação entre governos.
25. A definição da visão da organização no planejamento estratégico
- (A) só vale para o curto prazo da organização.
  - (B) configura uma etapa desvinculada da definição da missão da organização.
  - (C) implica necessariamente uma crítica da situação atual da organização.
  - (D) representa aquilo que a organização quer ser num futuro previsível.
  - (E) é um instrumento da reengenharia organizacional.
26. Quando uma autoridade tem competência para editar um determinado ato e pratica-o, mas, nessa operação, afasta-se do fim colimado para perseguir finalidade diversa da visada, configura um caso de
- (A) desvio de poder.
  - (B) incúria administrativa grave.
  - (C) nepotismo.
  - (D) clientelismo.
  - (E) omissão.
27. Na aplicação do método do *Balanced Scorecard* ao planejamento estratégico do Poder Judiciário é essencial
- (A) definir limites de gastos com as reformas previstas nos planejamentos estratégicos setoriais.
  - (B) identificar os processos internos críticos para a realização das necessidades dos cidadãos que acessam a Justiça.
  - (C) definir a missão da Justiça com base na perspectiva do conjunto dos funcionários.
  - (D) subordinar o acesso aos serviços judiciários ao cálculo de custo unitário dos procedimentos.
  - (E) estabelecer procedimentos que não precisam seguir a legislação.
28. Com relação à classificação dos indicadores de gestão, considere as afirmativas abaixo.
- I. Indicadores de produtividade permitem medir a eficiência na aplicação dos recursos para a geração de bens e serviços.
  - II. Indicadores de qualidade visam aperfeiçoar processos e expressam a eficácia na obtenção da conformidade do produto e do processo.
  - III. Indicadores de desempenho são fundamentais para as organizações contemporâneas.
  - IV. Indicadores de resultados são utilizados na monitoração do grau de sucesso dos objetivos perseguidos, que dependem exclusivamente das competências da empresa, visto não serem influenciados por fatores externos.
  - V. Indicadores que não espelhem esforços e metas dos programas internos de melhorias dizem muito pouco à organização.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- (A) I, II, III e V.
  - (B) II, III e IV.
  - (C) I e V.
  - (D) II, IV e V.
  - (E) I, III, IV e V.
29. Em organizações complexas, na implantação de mudanças nos objetivos estratégicos em cenários de incerteza, a função de direção deve enfatizar
- (A) a emissão de ordens claras e válidas para o longo prazo.
  - (B) a competição entre os setores operacionais.
  - (C) a motivação dos quadros funcionais para a realização das atividades rotineiras.
  - (D) o exercício da liderança e a coordenação dos setores da organização para a mudança.
  - (E) a prevalência dos procedimentos sobre a liderança.
30. De acordo com a Resolução 49 do Conselho Nacional de Justiça, as informações estatísticas produzidas pelos Tribunais devem ser reunidas e supervisionadas
- (A) pelo Superior Tribunal de Justiça.
  - (B) pelo Departamento de Pesquisas Judiciárias.
  - (C) pelo Sistema de Estatística do Poder Judiciário.
  - (D) pelo Supremo Tribunal Federal.
  - (E) pela Comissão de Estatística e Gestão Estratégica.



**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**

**Direito Processual do Trabalho**

31. Caberá mandado de segurança
- (A) para impugnar despacho que acolheu ou indeferiu liminar em outro mandado de segurança.
- (B) em execução provisória em face a determinação de penhora em dinheiro, quando nomeados outros bens à penhora.
- (C) contra ato judicial passível de recurso.
- (D) contra ato judicial passível de correição.
- (E) contra lei em tese.

32. O *ius postulandi* das partes, estabelecido na Consolidação das Leis do Trabalho,

- (A) limita-se às Varas do Trabalho, alcançando os mandados de segurança de sua competência.
- (B) limita-se às Varas do Trabalho, alcançando ação rescisória de sua competência.
- (C) é ilimitado, não havendo na lei, em Súmulas ou Orientações Jurisprudenciais qualquer limitação, pois trata-se de direito assegurado pela Constituição Federal.
- (D) limita-se às Varas do Trabalho e aos Tribunais Regionais do Trabalho, não alcançando os recursos de competência do Tribunal Superior do Trabalho.
- (E) limita-se às Varas do Trabalho e aos Tribunais Regionais do Trabalho, alcançando os recursos de competência do Tribunal Superior do Trabalho, bem como as ações rescisórias e os mandados de segurança.

33. Segundo a Consolidação das Leis do Trabalho, a decisão sobre novas condições de trabalho poderá também ser estendida a todos os empregados da mesma categoria profissional compreendida na jurisdição do Tribunal por solicitação, dentre outros, de

- (A) 1 ou mais empregadores.
- (B) no mínimo dois sindicatos de empregados.
- (C) no mínimo três sindicatos de empregadores.
- (D) no mínimo dez empregadores.
- (E) no mínimo cinco sindicatos de empregados.

34. Em determinado processo, em fase de execução de sentença, foi proferida decisão em Embargos de Terceiros. A parte vencida nos embargos interpôs agravo de petição. O Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região negou provimento ao agravo. Neste caso,

- (A) caberá Recurso de Revista apenas quando derem ao mesmo dispositivo de lei federal interpretação diversa de Súmula de Jurisprudência Uniforme do Tribunal Superior do Trabalho.
- (B) caberá Recurso de Revista apenas na hipótese de ofensa direta e literal de legislação Federal, Estadual e norma da Constituição Federal.
- (C) esta decisão é sempre irrecorrível por ter a instância recursal se esgotado em sede de embargos de terceiros.
- (D) caberá Recurso de Revista apenas na hipótese de ofensa direta e literal de norma da Constituição Federal.
- (E) caberá Recurso de Revista apenas quando derem ao mesmo dispositivo de lei federal interpretação diversa da que lhe houver dado outro Tribunal Regional, no seu Pleno ou Turma.

35. NÃO caberá Agravo de Instrumento da decisão que

- (A) denegar seguimento ao Recurso de Revista.
- (B) denegar seguimento ao Recurso Ordinário.
- (C) impugnar decisão concessiva de Medida Liminar.
- (D) denegar seguimento ao Recurso Adesivo.
- (E) denegar seguimento ao Agravo de Petição.

36. Com relação à Revelia e à Confissão, considere:

- I. Para elidir a revelia basta a presença do advogado do réu na audiência munido de procuração e contestação.
- II. A revelia implica o prosseguimento do processo contra o réu, independentemente de intimação ou notificação para a contagem do início dos prazos ou para atos do processo, com exceção da sentença, da qual o réu revel será intimado.
- III. Em sede de Ação Rescisória não há lugar para os efeitos da revelia, assim, nesta ação a revelia não produz confissão.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) II e III.
- (B) I e II.
- (C) I e III.
- (D) III.
- (E) I.

**Direito do Trabalho**

37. Margarida e Hortência são empregadas da empresa FLOR. Hoje, na empresa, aconteceram dois fatos que foram motivos de muita tristeza e também de alegria. Margarida sofreu um aborto espontâneo e perdeu o filho que esperava. Já Hortência se casou com seu noivo, também empregado da empresa. Nestes casos, Margarida e Hortência terão os respectivos contratos de trabalho

- (A) suspensos, sendo que Margarida poderá deixar de comparecer ao emprego por sete dias corridos e Hortência por até 2 dias consecutivos.
- (B) suspensos, sendo que Margarida poderá deixar de comparecer ao emprego por duas semanas e Hortência por até 3 dias consecutivos.
- (C) interrompidos, sendo que Margarida poderá deixar de comparecer ao emprego por sete dias consecutivos e Hortência por até 5 dias consecutivos.
- (D) interrompidos, sendo que Margarida poderá deixar de comparecer ao emprego por sete dias consecutivos e Hortência por até 2 dias consecutivos.
- (E) interrompidos, sendo que Margarida poderá deixar de comparecer ao emprego por duas semanas e Hortência por até 3 dias consecutivos.



<p>38. No tocante ao FGTS, considere:</p> <p>I. A prescrição da pretensão relativa às parcelas remuneratórias não alcança o respectivo recolhimento da contribuição para o FGTS.</p> <p>II. Os créditos referentes ao FGTS, decorrentes de condenação judicial, serão corrigidos pelos mesmos índices aplicáveis aos débitos trabalhistas.</p> <p>III. As decisões do Conselho Curador do FGTS serão tomadas por maioria absoluta dos presentes em reunião ordinária bimestral.</p> <p>Está correto o que se afirma em</p> <p>(A) II, apenas. (B) I, II e III. (C) II e III, apenas. (D) I, apenas. (E) I e II, apenas.</p>	<p>41. O empregado, sujeito a controle de horário, remunerado à base de comissões, tem direito ao adicional de, no mínimo,</p> <p>(A) 50% pelo trabalho em horas extras, calculado sobre o valor-hora das comissões recebidas na semana, considerando-se como divisor o número de horas efetivamente trabalhadas dividido por quatro. (B) 50% pelo trabalho em horas extras, calculado sobre o valor-hora das comissões recebidas na semana, considerando-se como divisor a média do número de horas efetivamente trabalhadas. (C) 50% pelo trabalho em horas extras, calculado sobre o valor-hora das comissões recebidas no mês, considerando-se como divisor o número de horas efetivamente trabalhadas. (D) 60% pelo trabalho em horas extras, calculado sobre o valor-hora das comissões recebidas na semana, considerando-se como divisor o número de horas efetivamente trabalhadas dividido por quatro. (E) 60% pelo trabalho em horas extras, calculado sobre o valor-hora das comissões recebidas no mês, considerando-se como divisor a média do número de horas efetivamente trabalhadas.</p>
<p>39. Segundo Súmula do Tribunal Superior do Trabalho, a fixação do adicional de periculosidade, em percentual inferior ao legal e proporcional ao tempo de exposição ao risco,</p> <p>(A) não possui qualquer validade, passível de anulação em razão da patente ilegalidade e transparência inconstitucional. (B) só deverá ser respeitada se autorizada pelo Ministério do Trabalho e Emprego, mediante autorização expressa válida pelo prazo máximo de seis meses. (C) só deverá ser respeitada se autorizada pelo Ministério do Trabalho e Emprego, mediante autorização expressa válida pelo prazo máximo de doze meses. (D) deve ser respeitada, desde que pactuada em acordos ou convenções coletivos. (E) só deverá ser respeitada se autorizada pelo Ministério do Trabalho e Emprego, mediante portaria válida pelo prazo máximo de três meses, prorrogável por mais seis meses.</p>	<p>42. As irmãs Cleodete e Carmina são empregadas da empresa F. Ambas pretendem requerer a conversão de 1/3 do período de férias em abono pecuniário. Neste caso, este requerimento é</p> <p>(A) possível, devendo ocorrer até 60 dias antes do término do período aquisitivo. (B) impossível em qualquer hipótese, tendo em vista que as férias devem ser gozadas na sua integralidade, tratando-se de norma pública que deve ser respeitada. (C) possível, devendo ocorrer até 5 dias antes do término do período aquisitivo. (D) possível, devendo ocorrer até 10 dias antes do término do período aquisitivo. (E) possível, devendo ocorrer até 15 dias antes do término do período aquisitivo.</p>
<p>40. Simone trabalha na empresa X e é membro da CIPA. Considerando a grave crise econômica que a empresa está passando, a mesma extinguiu o estabelecimento, dispensando todos os funcionários, inclusive Simone. Neste caso,</p> <p>(A) é garantida a indenização a Simone, já que é vedada a sua dispensa sem justa causa desde o registro de sua candidatura até um ano após o final de seu mandato. (B) extinto o estabelecimento, não se verifica a despedida arbitrária de Simone, sendo impossível a reintegração e indevida a indenização do período estabilitário. (C) é garantida indenização a Simone, já que é vedada a sua dispensa sem justa causa desde o resultado das eleições até um ano após o final de seu mandato. (D) é garantida indenização a Simone, já que é vedada a sua dispensa sem justa causa desde o registro de sua candidatura até três meses após o final de seu mandato. (E) Simone terá direito a uma indenização relativa a metade do período de estabilidade que teria direito em razão da força maior existente com a extinção do estabelecimento.</p>	<p style="text-align: center;"><b>Direito Civil</b></p> <p>43. João ajuizou ação de cobrança contra José, com base em lei vigente na época do negócio jurídico que gerou a correspondente obrigação, e obteve ganho de causa. A sentença transitou em julgado no dia 18 de maio de 2008. No dia 18 de abril de 2010, foi publicada outra lei, que expressamente revogou a lei vigente na época do negócio jurídico que gerou a obrigação. Nesse caso,</p> <p>(A) a lei nova não será aplicada à relação jurídica entre João e José, porque violaria o ato jurídico perfeito e a coisa julgada. (B) a lei nova será aplicada à relação jurídica entre João e José, porque não ocorreu a coisa julgada, nem o ato jurídico perfeito. (C) a lei nova não será aplicada à relação jurídica entre João e José, porque, embora não caracterizado o ato jurídico perfeito, ocorreu a coisa julgada. (D) a lei nova não será aplicada à relação jurídica entre João e José, porque, embora não tenha ocorrido a coisa julgada, ficou caracterizado o ato jurídico perfeito. (E) a lei nova será aplicada à relação jurídica entre João e José, porque a lei nova foi publicada antes do prazo de dois anos da data do trânsito em julgado da sentença que decidiu a relação jurídica.</p>



44. Considere as seguintes publicações:

- I. Foto de criminoso foragido, condenado e procurado pela Justiça em locais públicos e em jornais de grande circulação.
- II. Imagem de sambista em anúncio, com objetivo comercial, sem a sua autorização.
- III. Imagem de grupo folclórico em jornal destinado à divulgação das atividades artísticas da cidade.

Cabe proibição, a requerimento da pessoa cuja imagem foi exposta, publicada ou utilizada e sem prejuízo da indenização que couber, APENAS em

- (A) II e III.
- (B) I e II.
- (C) I e III.
- (D) II.
- (E) I.

45. Paulo caminhava na calçada de uma via pública e foi abordado por João, José e Pedro. João e José tinham 22 anos de idade; Pedro tinha apenas 16 anos de idade. José e Pedro seguraram Paulo, enquanto João o agrediu a golpes de pau, causando-lhe ferimentos graves. Nesse caso,

- (A) João responderá pela metade da indenização pelos danos causados, sendo que José e Pedro responderão pela outra metade.
- (B) João, José e os pais de Pedro responderão solidariamente pela indenização pelos danos causados a Paulo.
- (C) João responderá pela metade da indenização e José pela outra metade, sendo que Pedro ficará isento de responsabilidade por ser menor de 18 anos na época do fato.
- (D) João, José e os pais de Pedro responderão cada qual por um terço da indenização pelos danos causados a Paulo.
- (E) João responderá pela metade da indenização pelos danos causados, sendo que José e os pais de Pedro responderão pela outra metade.

46. Nas obrigações alternativas, quando a escolha couber ao credor e uma das prestações tornar-se impossível por culpa do devedor, o

- (A) contrato será rescindido, sem perdas e danos, voltando as partes ao estado anterior.
- (B) credor poderá reclamar o valor de qualquer das duas, sem perdas e danos.
- (C) credor só terá o direito de exigir a prestação subsistente, sem perdas e danos.
- (D) credor só poderá exigir o valor da prestação que se tornou impossível por culpa do devedor.
- (E) credor terá o direito de exigir a prestação subsistente ou o valor da outra, com perdas e danos.

### Direito Processual Civil

47. NÃO têm capacidade postulatória para atuar na Justiça Comum

- (A) os membros do Ministério Público no exercício de suas funções.
- (B) os profissionais regularmente inscritos no quadro de advogados da Ordem dos Advogados do Brasil.
- (C) todas as pessoas maiores e capazes que se acharem no exercício de seus direitos.
- (D) os Juizes de Direito nas exceções de suspeição ou impedimento contra eles oposta.
- (E) os membros da Advocacia Geral da União no exercício de suas atribuições.

48. João e José são domiciliados na cidade de São Paulo, mas são proprietários de lotes vizinhos num condomínio de praia na Comarca de Ubatuba. João construiu um muro na divisa do seu lote e bloqueou o acesso da servidão de passagem através da qual José tinha acesso à via pública. José ajuizou ação para liberação da servidão na comarca de São Paulo, ação esta que João contestou, aceitando, por conveniência, o foro, deixando de opor exceção de incompetência, no prazo legal, apesar do art. 95 do CPC dispor que *nas ações fundadas em direito real sobre imóveis é competente o foro da situação da coisa*. Nesse caso,

- (A) haverá prorrogação da competência porque o réu aceitou o foro e não opôs exceção de incompetência no prazo legal.
- (B) haverá prorrogação da competência, pois a lei permite ao autor optar pelo foro do domicílio do réu.
- (C) não há possibilidade de prorrogação da competência, por tratar-se de ação relativa a servidão de passagem.
- (D) só poderá haver prorrogação da competência se o foro da comarca de São Paulo tiver sido eleito pelas partes em contrato.
- (E) haverá prorrogação da competência porque tanto o autor, como o réu são domiciliados da mesma cidade.

49. A respeito do cumprimento da sentença, é correto afirmar:

- (A) A impugnação não poderá versar sobre a inexigibilidade do título.
- (B) A impugnação não terá efeito suspensivo, exceto se houver deliberação judicial em sentido contrário.
- (C) A impugnação não poderá versar sobre a ilegitimidade das partes.
- (D) A alegação de que o exequente pleiteia quantia superior à resultante da sentença independe da imediata declaração do executado do valor que entende correto.
- (E) Se o devedor pagar parte da quantia certa fixada na sentença no prazo de 15 dias ficará isento da multa de 10%.



<p>50. A respeito da prova testemunhal, considere:</p> <p>I. O cego e o surdo, quando a ciência do fato depender dos sentidos que lhes faltam.</p> <p>II. O advogado que tenha assistido a qualquer das partes.</p> <p>III. O que, por seus costumes, não for digno de fé.</p> <p>Considera-se, dentre outros, impedida de depor a pessoa indicada APENAS em</p> <p>(A) I. (B) I e II. (C) I e III. (D) II e III. (E) II.</p>	<p>55. A empresa JJPTO Ltda. firmou contrato administrativo com a União, após participar de processo de licitação fraudulento do qual saiu vencedora, para o fornecimento de cartuchos de tintas para as impressoras das repartições públicas. Segundo a Constituição Federal, no caso desse contrato, o ato de sustação será adotado</p> <p>(A) diretamente pelo Congresso Nacional, que solicitará, de imediato, ao Poder Executivo as medidas cabíveis.</p> <p>(B) pelo Tribunal de Contas da União, mediante controle interno, que solicitará, de imediato, ao Congresso Nacional as medidas cabíveis.</p> <p>(C) pelo Tribunal de Contas da União, mediante controle externo, que, após prestar informações ao Poder Executivo, solicitará ao Congresso Nacional as medidas cabíveis.</p> <p>(D) diretamente pelo Tribunal de Contas da União, que, após prestar informações ao Poder Executivo, solicitará ao Poder Judiciário as medidas cabíveis.</p> <p>(E) diretamente pelo Tribunal de Contas da União, que, após prestar informações ao Poder Legislativo, solicitará ao Poder Judiciário as medidas cabíveis.</p>
<p><b>Direito Constitucional</b></p>	<p><b>Direito Administrativo</b></p>
<p>51. As associações</p> <p>(A) poderão ser compulsoriamente dissolvidas por decisão administrativa de autoridade competente, desde que tenha sido exercido o direito de defesa.</p> <p>(B) não poderão ser compulsoriamente dissolvidas em nenhuma hipótese tratando-se de garantia constitucional indisponível.</p> <p>(C) só poderão ser compulsoriamente dissolvidas por decisão judicial que haja transitado em julgado.</p> <p>(D) só poderão ser compulsoriamente dissolvidas por decisão judicial não sendo o trânsito em julgado requisito indispensável para a sua dissolução.</p> <p>(E) poderão ser compulsoriamente dissolvidas por decisão administrativa desde que proferida em segunda instância por órgão colegiado.</p>	<p>56. Considere as seguintes assertivas sobre as vantagens dos servidores públicos civis federais, nos termos da Lei nº 8.112/1990:</p> <p>I. A ajuda de custo poderá ser concedida ao servidor que se afastar do cargo, ou reassumi-lo, em virtude de mandato eletivo.</p> <p>II. No caso de falecimento, exoneração, colocação de imóvel funcional à disposição do servidor ou aquisição de imóvel, o auxílio-moradia continuará sendo pago por um mês.</p> <p>III. As vantagens pecuniárias não serão computadas, nem acumuladas, para efeito de concessão de quaisquer outros acréscimos pecuniários ulteriores, sob o mesmo título ou idêntico fundamento.</p> <p>Está correto o que se afirma APENAS em</p> <p>(A) I e III. (B) II e III. (C) III. (D) I e II. (E) I.</p>
<p>52. O objeto, que engloba a possibilidade do Supremo Tribunal Federal de controlar as deliberações administrativas dos Tribunais Regionais do Trabalho, salvo as convenções coletivas de trabalho, é o da ação</p> <p>(A) de exceção de constitucionalidade difusa. (B) direta de inconstitucionalidade interventiva. (C) direta de inconstitucionalidade por omissão. (D) declaratória de constitucionalidade. (E) direta de inconstitucionalidade genérica.</p>	<p>57. NÃO é característica da sociedade de economia mista:</p> <p>(A) criação autorizada por lei. (B) personalidade jurídica de direito privado. (C) derrogação parcial do regime de direito privado por normas de direito público. (D) estruturação sob qualquer forma societária admitida em direito. (E) desempenho de atividade econômica.</p>
<p>53. O direcionamento da atividade e dos serviços públicos à efetividade do bem-comum é característica básica do Princípio da</p> <p>(A) Eficiência. (B) Legalidade. (C) Impessoalidade. (D) Moralidade. (E) Proporcionalidade.</p>	
<p>54. O Banco Ouro S/A, sediado no Município de Bragança Paulista, Estado de São Paulo, iniciou operação de natureza financeira, concedendo crédito ao Banco Níquel S/A, cuja sede está estabelecida no Município de Niterói, Estado do Rio de Janeiro. Segundo a Constituição Federal, a fiscalização dessa operação de natureza financeira é de competência</p> <p>(A) do Município de Bragança Paulista. (B) do Estado de São Paulo. (C) do Estado do Rio de Janeiro. (D) da União. (E) do Município de Niterói.</p>	



58. Sobre o controle e responsabilização da Administração Pública, é INCORRETO afirmar:

- (A) Ao Poder Judiciário é vedado apreciar o mérito administrativo e, ao exercer o controle judicial, está restrito ao controle da legitimidade e legalidade do ato impugnado.
- (B) Controle Administrativo é o poder de fiscalização e correção que a Administração Pública exerce sobre sua própria atuação, sob os aspectos de legalidade e mérito, por iniciativa própria ou mediante provocação.
- (C) O Controle que o Poder Legislativo exerce sobre a Administração Pública tem que se limitar às hipóteses previstas na Constituição Federal, sob pena de afronta ao princípio de separação de poderes.
- (D) No Controle Judicial, o Poder Judiciário exerce o poder fiscalizador sobre a atividade administrativa do Estado, alcançando, além dos atos administrativos do Executivo, atos do Legislativo e do próprio Judiciário quando realiza atividade administrativa.
- (E) O Controle Legislativo alcança os órgãos do Poder Executivo, as entidades da Administração Indireta, mas jamais o Poder Judiciário, mesmo quando este último executa função administrativa.

59. No que concerne à classificação quanto à posição estatal, os órgãos públicos autônomos são

- (A) órgãos de direção, controle e comando, mas sujeitos à subordinação e ao controle hierárquico de uma chefia; não gozam de autonomia administrativa nem financeira.
- (B) os que se localizam na cúpula da Administração, subordinados diretamente à chefia dos órgãos independentes; gozam de autonomia administrativa, financeira e técnica e participam das decisões governamentais.
- (C) os originários da Constituição e representativos dos três Poderes do Estado, sem qualquer subordinação hierárquica ou funcional, sujeitos apenas aos controles constitucionais de um sobre o outro, e suas atribuições são exercidas por agentes políticos.
- (D) os que se acham subordinados hierarquicamente a órgãos superiores de decisão, exercendo principalmente funções de execução.
- (E) órgãos de direção e comando, não sujeitos à subordinação e ao controle hierárquico de uma chefia, gozando de autonomia administrativa e financeira, como, por exemplo, as Casas Legislativas.

60. No que se refere à anulação, revogação e convalidação do ato administrativo pela Administração Pública, é correto afirmar que

- (A) o ato administrativo produzido com vício relativo à finalidade é passível de convalidação pela Administração.
- (B) a revogação do ato administrativo é o ato discricionário pelo qual a Administração extingue um ato inválido, por razões de conveniência e oportunidade.
- (C) a anulação do ato administrativo é o desfazimento do ato administrativo por razões de ilegalidade.
- (D) a convalidação é o ato administrativo pelo qual é suprido vício existente em um ato ilegal, produzindo efeitos *ex nunc*.
- (E) a revogação do ato administrativo poderá atingir os atos discricionários, bem como aqueles que já exauriram seus efeitos.